

# Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento  
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e  
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:  
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento

(organizadores)

## **FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

## **V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

### **COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG**

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

### **COMISSÃO AVALIADORA**

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)  
Ivana Denise Parrela (UFMG)  
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)  
José Maria Jardim (UNIRIO)  
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)  
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)  
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)  
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)  
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)  
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)  
Moisés Rockembach (UFRGS)  
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)  
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)  
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)  
Ursula Blattmann (UFSC)  
Welder Antônio Silva (UFMG)

#### **COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG**

Amanda dos Santos da Paixão  
Cláudia Márcia  
Christiano B. Santos  
Edgar Gonzaga  
Élida Pieri  
Eliedir Marcelina  
Gilma Pereira  
Guilherme Diniz  
Gustavo Miranda Ferreira  
Nely Ferreira  
Luiz Henrique Loureiro  
Viviany Braga

#### **MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG**

Gilmar Rodrigues Barreto  
Gisele Maria Arcanjo  
Graziele Cristina Rodrigues Silva  
Neide Araujo Oliveira Braga  
Suellen Alves de Melo  
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz  
Yara Levy martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida  
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO  
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza  
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota  
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA  
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy  
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK  
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



R444	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG)  Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book.  Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-65609-09-8  1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson.  CDU: 651.5(063)
------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

#### DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha  
Belo Horizonte – MG – 31.270-010  
[www.eci.ufmg.br](http://www.eci.ufmg.br)

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO..... p.10**

**MOÇÕES..... p.12**

### PLENÁRIAS

**1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16**  
*Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29**  
*Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros*

**3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44**  
*Daniel Flores, Graziella Cé*

### COMUNICAÇÕES

#### I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

**4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63**  
*Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros*

**5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80**  
*Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes*

**6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100**  
*Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes*

**7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114**

*Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro*

## **II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133**

*Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade*

**9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152**

*Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues*

**10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171**

*Mariana Batista do Nascimento*

**11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188**

*Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo*

**12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208**

*Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229**

*Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha*

**14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244**  
*Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva*

**15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258**  
*Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco*

### **III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS**

**16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276**  
*Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos*

**17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293**  
*Igor José Garcez, José Maria Jardim*

**18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314**  
*Ana Celia Rodrigues*

**19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326**  
*Margareth da Silva*

### **IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA**

**20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346**  
*Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas*

**21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363**

*Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva*

**22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382**

*Thayane Vicente Vam de Berg*

**23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397**

*Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado*

## **V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA**

**24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410**

*Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado*

**25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430**

*Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra*

## **VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

**26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451**

*Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes*

**27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471**

*Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak*

**28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489**

*Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros*

## **VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS**

**29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507**

*Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito*

**30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523**

*José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo*

**31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542**

*Alexandre de Souza Costa*

**32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556**

*Karina Veras Praxedes*

## **VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL**

**33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576**

*Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia*

**34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596**

*Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira*

**35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614**

*Rosale de Mattos Souza*

**36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633**

*Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt*

## **IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS**

**37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652**

*Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço*

**38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671**

*Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis*

**39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690**

*Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo*

**40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709**

*Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso*

## 6 DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*Fernanda da Costa Monteiro*

*Fernanda de Souza Antunes*

### 1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a consolidação da Arquivologia enquanto uma disciplina autônoma surge a necessidade de aprofundarmo-nos em suas fundamentações teóricas. Verificar as análises, problematizar teses, criar hipóteses, é o que garante cientificidade ao campo da Arquivologia, no sentido de distanciar-se das práticas pouco problematizadas e que beiram o senso comum. Nesse sentido, é possível verificar um grande esforço em aprofundar os arcabouços teóricos da Arquivologia, contudo, sem esquecer que, juntamente à teoria, devemos aliar as práticas do fazer arquivístico, vislumbrando o crescimento profissional, e, também, o científico.

E foi sob essa ideia que concentramos nossas atividades, e que deram origem à proposta deste trabalho. Aliando teoria e prática, foi realizado um estudo de caso na disciplina de graduação que abarca o que é considerada uma das funções matriciais em Arquivologia: a classificação de documentos arquivísticos.

O objetivo principal da experiência foi aproximar a teoria e prática no que se refere ao conhecimento sobre classificação arquivística. Sabemos que essa aproximação é extremamente importante na formação dos futuros arquivistas, em especial em relação a uma das principais funções da profissão, como é o caso da classificação.

No âmbito do “boom” informacional do pós-Segunda Guerra Mundial, surge uma demanda em relação à destinação dos documentos, a fim de lidar com as crescentes massas documentais que se acumulavam nos arquivos. Daí a emergência dos estudos em gestão de documentos<sup>1</sup>, no qual destacamos a função da classificação de documentos arquivísticos.

---

<sup>1</sup> Girando em torno de métodos de avaliação e classificação documental, a gestão de documentos busca otimizar a produção e sobretudo a destinação de tais documentos, concentrando seus métodos em relação ao fluxo informacional. Nesse sentido, essa prática vislumbrava estabelecer um parâmetro na ordem de produção dos documentos, visando sua organicidade. Para maiores informações sobre gestão de documentos, ver: INDOLFO, 2007.

Entendemos que a classificação é uma atividade propriamente intelectual da arquivística. É no momento da classificação que o arquivista atua dando sentido à documentação, facilitando seu acesso e garantindo uma maior eficiência e eficácia nos seus usos. Esse é, também, o momento de necessidade de maior interação com outras áreas ou profissionais, a saber, os produtores dos documentos, uma vez que detêm melhor o conhecimento sobre suas funções. Daí a importância, nesse processo, de pesquisar esse produtor, entender sua estrutura, sua missão e suas atividades, ou seja, a razão de ser da produção daquela documentação, visando estabelecer uma classificação que reproduza essa funcionalidade.

É a partir da classificação e do uso dos instrumentos que ela gera, como o plano de classificação, que é possível identificar as inter-relações entre os documentos. Ela que espelha a organicidade da documentação, bem como a estrutura de organização de seu órgão produtor. Uma classificação bem elaborada auxilia em um melhor processo de avaliação e destinação dos documentos, identificando seus valores de uso imediato (valor primário) e permanentes (valor secundário), além de auxiliar na eliminação daqueles documentos que não são mais necessários, evitando o acúmulo documental.

Portanto, pensar na classificação é esbarrar em um processo maior, o da gestão documental, e que idealmente deveria perpassar todo o ciclo de vida dos documentos, a fim de se evitar a formação de massas documentais acumuladas, que dificultam o acesso e os usos dos documentos.

## **2 CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: APONTAMENTOS TEÓRICOS**

A fim de lançar um novo olhar sobre o futuro do ensino e das práticas em Arquivologia, a disciplina “Classificação de Documentos Arquivísticos” foi pensada de maneira mais dinâmica, convidando os discentes a realizar um trabalho prático de elaboração de um plano de classificação, utilizando um arquivo fictício anteriormente selecionado. Para tal, contudo, houve previamente uma análise teórica sobre os estudos em classificação arquivística, conceitos e problemáticas. Assim, nos organizamos segundo um cronograma dividido entre discussões teóricas baseadas em uma bibliografia selecionada, além de alguns exercícios práticos sobre metodologias de arquivamento, e isso antes dos alunos serem apresentados ao

arquivo fictício em si, a partir do qual deveriam realizar dois planos de classificação (atividade-meio e atividade-fim).

Considerando os estudos de Sousa, entendemos que:

A organização dos documentos tem sido um dos grandes desafios da Arquivística contemporânea. Lidar com massas tão grandes de documentos acumulados diariamente pelas instituições exige uma maior sofisticação dos esquemas de classificação. [...] Entender o modo como as organizações estruturam-se e como executam suas funções e atividades é compreender como os documentos são acumulados [...] O conceito de classificação não é estranho à literatura arquivística, muito pelo contrário. Os grandes manuais sempre dedicaram capítulos para tratar do tema. Entretanto, a presença não garantiu uma verticalização teórica sobre o mesmo. [...] Estas constatações dão a dimensão da necessidade de se proceder a um estudo sobre a questão, tão crucial para o profissional do arquivo e que tem sido dominada pelo empirismo e pelo senso comum. (SOUSA, 2012, pp.2-4).

Nesse sentido, lançamos alguns apontamentos teóricos considerados na bibliografia da disciplina, e que serão apresentados ao longo deste trabalho.

Primeiramente, buscamos entender o conceito de classificação. O ato de classificar é entendido como um processo natural do ser humano, instintivo. É também identitário, na medida em que nos aproxima ou distancia dos elementos semelhantes ou diferentes que nos rodeiam, além de ser um facilitador da compreensão, uma vez que estabelece categorias que auxiliam no entendimento e compartimentação dos elementos.

Segundo Piedade (PIEADADE, 1977, p.09 *apud* Araújo, 2006, p.117), classificar é: “dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”. Para o autor, essa definição elenca um elemento no seu entender essencial para o processo de classificação, definida pela formação sistemática de grupos, ordenando determinado conjunto de coisas em agrupamentos menores, em que se estabelece um critério de divisão. Ou seja, há uma divisão entre grupos levando-se em consideração suas semelhanças ou diferenças entre si.

Uma vez que entendemos que a classificação estabelece categorias baseadas em semelhanças e diferenças, é certo afirmar que existem diferentes tipos de classificação, que objetivam atender a determinada finalidade específica. Quando pensamos na classificação de modo instintivo e não problematizado, estamos diante

do que Araújo (2006) qualifica como classificação social. É aquela intrínseca ao ser humano, inscrita em padrões culturais vigentes em cada contexto social.

Para além dos fenômenos cotidianos, observamos a existência de sistemas mais complexos de classificação, atuando no sentido de dividir e organizar o conhecimento. Subdividem-se de acordo com suas finalidades: a de base mais filosófica e teórica, voltada para a definição e hierarquização do conhecimento humano, é conhecida como classificação filosófica, ou classificação do conhecimento. De outro lado, de caráter mais pragmático, temos a classificação bibliográfica, preocupada em buscar uma ordenação e arranjo que facilitem o arquivamento e o acesso a documentos (livros). Como aponta Araújo (2006, p.122), as teorias de classificação bibliográfica: “buscam promover uma classificação sistemática, lógica, que reflita crítica e filosoficamente sobre os elementos de ligação que servem para a reunião de conceitos.”.

Temos ainda a classificação arquivística, que preconiza o vínculo entre os documentos, e espelha as funções e atividades do produtor através da organicidade do conjunto documental. Esse é o foco da atividade proposta. Ao longo da disciplina, buscamos alinhar as discussões teóricas com a prática a fim de mostrar aos alunos e futuros arquivistas a diferença entre a classificação arquivística e as outras formas de classificação. Mostrando que a Arquivologia trabalha com conjuntos, com relações, buscamos aproximar os estudantes do real desafio de classificar documentos de arquivo.

Em perspectiva, é possível identificar um largo distanciamento entre a classificação social e as classificações filosóficas, bibliográficas e arquivísticas. Enquanto a primeira se dá de maneira quase intuitiva, as últimas pressupõem um processo de reflexão intelectual, investigação científica e de pressupostos teóricos e metodológicos específicos que atendam às suas finalidades.

Em especial sobre a classificação arquivística, percebemos que a principal diferença em relação às outras formas de se classificar é a que se refere ao objeto, ao documento arquivístico, que é singular e só tem sentido quando inserido em seu contexto de produção. Por isso, a classificação arquivística deve atuar de forma a preservar os vínculos e tornar claro o processo funcional de produção dos documentos.

Podemos perceber a importância da classificação arquivística quando Dodebei nos apresenta que:

A classificação é, para a Arquivística, o processo fundamental desde que orienta toda a tecnologia da constituição, organização, desenvolvimento e utilização dos arquivos; para a Arquivologia é especialmente importante o conhecimento do processo de classificar, já que os arquivos são considerados, sempre, conjuntos particulares de registros, exigindo por parte de seus organizadores a habilidade de criar sistemas próprios de agrupamento. (DODEBEI, 1984. pp.3-4).

O processo de classificar esbarra na identificação dos elementos que o torne possível, o que Dodebei (1984) qualifica como escolha de características, que podem tanto ser naturais (inerentes ao objeto), ou artificiais (ocasional ou variável). É a partir das definições destas características que será possível agrupar os elementos, desde que ligados a uma determinada finalidade.

Ancorados pelos princípios classificatórios da completude<sup>2</sup>, irreduzibilidade<sup>3</sup> e mútua exclusividade<sup>4</sup>, é possível se estabelecer os princípios lógicos para um sistema de classificação. Conseguir identificar esses elementos é fundamental para que a classificação ocorra de maneira a manter a organicidade dos documentos, evitando que haja incongruências nos planos de classificação.

No tocante ao conceito de classificação, Souza (2006) apresenta o que considera como dois grandes marcos na história da classificação de documentos de arquivo. O primeiro grande marco abarca o período desde a Antiguidade até meados do século XIX, destacando-se o surgimento, a partir do século XVII, dos primeiros manuais com normas escritas relativas à classificação em Arquivística. A obra intitulada “De Re Diplomática”, de Jean Mabillon, traz os primeiros elementos de uma doutrina nesta área, desenvolvendo um método sistemático de investigação e determinação de fatos e eventos em que se inseriam os documentos.

O autor comenta, ainda, que essas primeiras experiências de classificação muitas vezes agrupavam os documentos de maneira em que, ao mesmo tempo, eram utilizados critérios de assunto, locais, formas simbólicas, divisões por tipo de documentos, por estrutura ou funções e atividades da instituição. Portanto, não

---

<sup>2</sup> “A divisão do conceito deve ser completa, adequada e ordenada por complexidade crescente, isto é, enumerar todas as espécies de que o gênero se compõe, do simples ao complexo ou do abstrato ao concreto”. (DODEBEI, 2002, p.82).

<sup>3</sup> “A divisão deve garantir que a cada dedução conceitual os conteúdos sejam irreduzíveis entre si, isto é, não se deve enumerar mais do que os elementos verdadeiramente distintos entre si, de maneira que nenhum esteja compreendido no outro”. (DODEBEI, 2002, p.82).

<sup>4</sup> Postula que: “Para cada derivação conceitual deve-se usar apenas uma característica do conceito” (DODEBEI, 2002, p.83).

havia ainda um critério lógico único que garantisse um sistema de classificação eficaz, e em que pudesse ser estabelecida uma relação hierárquica entre os elementos.

A partir da Revolução Francesa e da criação de um arquivo central do Estado, o Arquivo Nacional Francês (1790), que concentrou os arquivos em um local único, esses métodos tradicionais começam a ser questionados. Tais arquivos, de proveniências diversas, passaram a ser tratados como um conjunto único, dando início a uma metodologia de classificação temática, influenciada por grandes sistemas de organização de outras áreas do conhecimento, como a Botânica e a Química. Os documentos eram, portanto, considerados a partir de seus conteúdos informacionais, sem levar em conta suas origens administrativas e o contexto que os originou.

E é nesse momento que nos é apresentado o que Souza (2006) caracteriza como o segundo grande marco da história da classificação de documentos de arquivo. A partir da declaração dos documentos da nação francesa como propriedade pública, que abriu à consulta pública os documentos, surge a necessidade de estabelecer leis e regulamentos que protegessem o contexto dos documentos. Tais leis determinavam que se passasse a identificar um criador para os arquivos, responsável pela produção e recebimentos dos documentos no decorrer das atividades, além de garantir que não fossem misturados os documentos de criadores diferentes, e de serem guardados na mesma ordem que estavam quando em atividade por seus criadores. Surgem, daí, os princípios que são, até hoje, os basilares para a classificação de documentos de arquivo, e que vão orientar todo o trabalho em classificação de documentos: o princípio de respeito aos fundos<sup>5</sup> e o da ordem original<sup>6</sup>. Para Souza (2006):

[...] é o aparecimento do princípio de respeito aos fundos o fator desencadeador de uma profunda mudança na disciplina Arquivística e no instrumental teórico-metodológico. Portanto, a classificação em Arquivística passa a ser moldada, por um lado, pela quantidade cada vez maior de documentos acumulados (produzidos ou recebidos) pelas instituições e, por outro, pela necessidade de fundamentar as

---

<sup>5</sup> De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.136): “Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras”.

<sup>6</sup> De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.137): “Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu”.

soluções de organização e recuperação dos registros documentais nos princípios consagrados internacionalmente (SOUZA, 2006, p.121).

Outro elemento importante que impactou profundamente a teoria arquivística, nesse contexto, foi a publicação, em 1898, do chamado “Manual dos Arquivistas Holandeses”, que estabelecia cem regras que objetivavam orientar e definir parâmetros de organização e reconhecimento dos conjuntos arquivísticos, permitindo o estabelecimento de conceitos basilares para a área. Por sua vez, é possível perceber que o surgimento do conceito de classificação em arquivos está intimamente vinculado ao crescimento do volume documental acumulado nas instituições e, desta feita, na necessidade de organizá-los, otimizando sua recuperação e seus usos. E a essa necessidade de ordem prática está vinculada a importância de uma teorização que dê conta de formular os princípios e as metodologias que a orientem.

Daí a elaboração de instrumentos que sistematizam e facilitam o processo de classificar são fundamentais, e no caso da Arquivologia, se faz presente através do Plano/Código de Classificação de Documentos Arquivísticos. Esse se configura como uma ferramenta de trabalho utilizada nos arquivos correntes, e que pressupõe o conhecimento do ambiente organizacional e da evolução da instituição, incluindo o levantamento da missão institucional, sua estrutura, bem como as funções e atividades que desempenha. Só a partir do conhecimento destes elementos será possível tomar as decisões metodológicas que melhor se adequam às necessidades de cada instituição. No Plano de Classificação, portanto, as funções, atividades, espécies e tipos documentais encontram-se hierarquicamente distribuídos, de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão.

Desta feita, o resultado final da experiência que busca unir teoria e prática na disciplina de Classificação de Documentos Arquivísticos corresponde, como mencionado anteriormente, na realização, por parte dos alunos, de dois planos de classificação: um para documentos referentes às atividades-meio, e outro para os de atividade-fim. Além da organização física e notação dos documentos de acordo com o plano de classificação formulado. Nesse sentido, iremos apresentar os resultados que foram obtidos a partir desta experiência, observando os questionamentos e dificuldades enfrentadas.

### 3 ALIANDO TEORIA E PRÁTICA: EXPERIÊNCIA E METODOLOGIA

A turma composta de vinte e três alunos, em sua maioria do terceiro período, foi dividida em três grupos. Para cada um desses grupos foi entregue um conjunto de documentos contendo diversos tipos documentais, entre eles: folhas de ponto, termos de posse, estatutos, inventários de acervos, atestados médicos, propostas de serviços, contrato de prestação de serviços, notas fiscais, entre outros. Junto com os documentos, os alunos receberam informações básicas da instituição produtora, como um histórico de fundação, atividades desenvolvidas, resultados obtidos e organograma. Foram orientados, também, a pesquisarem no *site* da instituição maiores informações.

As aulas se iniciaram pelas explicações teóricas, totalizando seis aulas expositivas, com leituras e discussões de textos. Logo após, demos início às atividades práticas, em que os grupos se organizaram e começaram a estudar os documentos em sala de aula, além de realizarem pesquisas externas pelo *site* da instituição, e outros *sites*, em busca de referências sobre a organização produtora dos documentos. Essa segunda etapa durou três aulas.

Grande parte da atividade foi realizada em sala, pois a intenção era simular um trabalho real dentro de um arquivo, ou seja, os documentos não poderiam ser levados para casa, o material a ser trabalhado era o disponível apenas em aula.

De início, podemos perceber que a maioria das dúvidas se referiram a distinção entre atividade meio e atividade fim. Os estudantes não conseguiam entender a diferença entre essas atividades, confundindo muitas vezes a origem de produção dos documentos.

Outra dúvida frequente foi em relação à função de produção, e por vezes apresentavam a possibilidade de classificação estrutural e/ou tipológica, formando classes como “presidência” e “correspondências”, por exemplo. Essas opções surgiram por uma tendência que os alunos vivenciam em seus estágios e/ou trabalhos. A prática da classificação desenvolvida pelos alunos nos seus reais ambientes de experimentação, segundo relatos dos próprios discentes, não correspondem ao que a literatura da área preconiza.

Sabemos que a classificação funcional deve ser priorizada em detrimento de outras propostas teórico-metodológicas, pois com a identificação das funções e atividades de produção será possível a reconstrução dos vínculos entre os

documentos. Quando a instituição produtora é um centro de memória ou uma instituição de pesquisa, por exemplo, se temos um contrato de prestação de serviço de um pesquisador para um projeto específico não podemos classificá-lo junto com um contrato de prestação de serviço de telefonia, pois estamos falando de atividades fim e meio respectivamente, e as funções que motivaram a produção desses contratos é totalmente diferente uma da outra.

Segundo Rios; Cordeiro (2010):

O módulo 4 do curso sobre gestão de documentos ativos do *Portail International Archivistique Francophone* (PIAF) sintetiza bem a questão da escolha de uma base de divisão para a elaboração de um plano de classificação de documentos arquivísticos, encarando-a como uma etapa fundamental da estruturação das classes. O problema residiria em se recorrer às diversas bases de divisão para uma mesma estrutura de classificação, pois as classes podem ser baseadas nas grandes atividades; nos tipos de documentos e nos tipos de organização. Indo um pouco mais longe, o módulo chama a atenção para o fato de que diversas bases podem ser usadas; por outro lado, outras devem ser evitadas, especialmente as divisões por: **a) tipo de documento (por possuir pouco significado); e b) estrutura ou organograma do órgão (por sofrer modificações ao longo do tempo)** (RIOS; CORDEIRO, 2010, p.129. Grifos nossos).

De maneira geral, os planos de classificação elaborados pelos alunos na disciplina tiveram como referência os instrumentos intitulados “Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública”, produzido pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) do Arquivo Nacional, e o “Código de Classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES”. Ambos estudados e analisados durante as aulas expositivas.

Os resultados apresentados foram em sua maioria satisfatórios, porém é importante destacar alguns pontos que reverberam as dificuldades intrínsecas à função da classificação arquivística, encontradas inclusive nos instrumentos de referência acima mencionados. Os três planos de classificação apresentados pelos alunos apresentavam algumas deficiências que exemplificam bem a distância entre a teoria e a prática no que se refere a função arquivística da classificação, a saber:

- 1 – Mistura entre atividade meio e atividade fim;
- 2 – Confusão conceitual entre função, estrutura e tipologia documental;

3 – Quando relacionada à documentação física, por vezes a documentação não acompanhava a ordem do plano de classificação elaborado;

4 – Ainda quando relacionada à documentação física, algumas notações escolhidas no plano não estavam na documentação, o que dificultou o acesso ao documento;

5 – Dificuldades de hierarquização das classes, ou seja, os planos apresentavam classes principais que poderiam ser classes subordinadas;

6 – Em relação à apresentação, alguns grupos não explicaram as classes, abrindo a possibilidade de inclusão de um determinado documento em mais de uma classe.

Os critérios escolhidos para a avaliação dos planos de classificação apresentados foram:

- Etapas da elaboração do Plano de Classificação: Foi observado se o grupo seguiu as recomendações discutidas em sala de aula, especialmente a pesquisa realizada sobre a instituição produtora dos documentos;

- Plano de classificação funcional: o plano elaborado pelos alunos deveria apresentar classes funcionais, que destacassem a missão e funções da instituição. Em alguns casos em que isso não foi apresentado, analisamos a coerência da classe escolhida;

- A relação entre as classes formuladas e a documentação física: A documentação deveria ser organizada fisicamente de acordo com as classes do plano de classificação;

- Relação entre as classes: analisamos a relação hierárquica entre as classes formuladas, buscando a subordinação de funções entre as classes principais e suas subclasses;

- Notações: os documentos deveriam ter notações alinhadas com o plano de classificação, facilitando assim o acesso;

- Apresentação: O plano de classificação formulado pelos alunos deveria ter uma apresentação das classes, com notas explicativas sobre o processo e a forma de elaboração dessas classes. Como o trabalho foi baseado em códigos de referência já existentes, e esses códigos possuem explicações bem elucidativas da metodologia de escolhas das classes, os alunos deveriam seguir essa tendência;

- Referências: foram analisadas as referências bibliográficas e fontes utilizadas na elaboração no plano de classificação.

Esses critérios avaliativos foram empregados nos três planos de classificação apresentados, ajudando a cumprir a formalidade de atribuição de uma nota para a aprovação ou não na disciplina, mas, para além dessa obrigatoriedade, esses critérios subsidiaram uma discussão mais profunda para que a classificação arquivística fosse realmente aprendida. Durante os anos que os alunos passam na graduação são poucas as oportunidades em que podem ter um contato mais prático e implementar efetivamente as discussões apresentadas em aula.

No que se refere à classificação de documentos arquivísticos, essa prática se torna essencial. Não foi nosso objetivo investigar a percepção dos alunos sobre a atividade realizada, mas conseguimos identificar que, para muitos, foi a primeira experiência prática no curso, e que ajudou sobremaneira no aprendizado.

#### **4 CONCLUSÕES**

A classificação é uma atividade mental e fundamental inerente ao ser humano, que é desenvolvida no cotidiano muitas vezes de forma despercebida. Como vimos, classificar significa agrupar os semelhantes partindo-se de uma diferença. As classes originam espécies, que se transformam em classes originando novas espécies, ou seja, a classificação origina subdivisões sucessivas de classes até que algum elemento não possa ou não convenha mais ser subdividido.

O conceito de classificação arquivística se transformou ao longo do tempo e se moldou às demandas atuais, sofrendo influências de várias épocas, e hoje se constitui em um dos princípios arquivísticos mais importantes na gestão documental. Alguns aspectos são fundamentais para se ter uma classificação completa de um acervo, aspectos que são totalmente contemporâneos e adaptados para as atividades de arquivamento no interior das organizações. É preciso o conhecimento da estrutura organizacional da administração produtora dos documentos, além de ser necessário fazer um levantamento da produção documental, conhecer os documentos produzidos pelos órgãos e unidades administrativas. Só assim será possível elaborar, através de um exercício intelectual, o Código ou Plano de Classificação que espelhe as atividades e funções da entidade produtora.

Através de um processo intelectual, a classificação deve levar em consideração o conjunto documental a ser organizado. Este é um processo longo, no qual é

fundamental conhecer a gênese de produção dos documentos, ou seja, é preciso pesquisar o produtor, entender sua estrutura, sua missão e atividades.

Além de conhecer a instituição, é necessário reconhecer os documentos, as tipologias, as relações que estabelecem uns com os outros, seu estado de conservação. Ou seja, é preciso fazer um diagnóstico documental, a fim de auxiliar na elaboração de sistemas e métodos de classificação, que tem no Plano de Classificação o seu principal resultado.

Nesse sentido, a experiência didática que apresentamos foi fundamental para essa primeira turma experimental, e será repetida nas próximas turmas, até mesmo para que tenhamos elementos de comparação. Esse tipo de iniciativa é importante, pois existe uma intensa demanda do corpo discente pela disciplina. Classificação de documentos arquivísticos é um dos componentes curriculares que os alunos mais demonstram dificuldades e, nesse sentido, a atividade prática também tem por objetivo tentar diminuí-las.

A classificação tem papel central na formação do arquivista. Os futuros arquivistas precisam dominar o processo classificatório, sob pena de prejudicar a organicidade dos documentos, característica tão singular dos arquivos, e, conseqüentemente, o acesso à informação.

Porém, mesmo com tamanha importância, ainda temos pouca produção bibliográfica sobre o assunto. A Arquivologia ainda carece de pesquisas mais aprofundadas sobre a função da classificação. Com importantes antecedentes teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, a Arquivologia ainda não possui o seu arcabouço teórico próprio para pensar e teorizar as questões referentes à classificação de documentos arquivísticos.

Assim, o projeto em questão aproxima os estudantes de uma discussão densa e complicada, e ao mesmo tempo tão importante para a formação do futuro arquivista, da mesma forma que tenta teorizar e produzir literatura acerca deste tema.

Diante do exposto, entendemos que a experiência relatada mostrou alguns pontos, entre eles estão: que a prática na graduação é uma necessidade, especificamente no curso de Arquivologia; em relação à disciplina de classificação, essa prática se torna urgente, pois os estudantes conseguem efetivar os conhecimentos de forma mais próxima à realidade que encontrarão depois de formados.

O aprofundamento de pesquisas sobre os organismos produtores, ou seja, o conhecimento da missão, funções e atividades das instituições que produzem os documentos a serem classificados é essencial, e percebemos que os alunos ainda possuem dificuldades nesse ponto. Esse conhecimento é o primeiro passo para que a classificação seja satisfatória, e que permita o acesso à informação. Percebemos que essa foi uma das deficiências que prejudicaram os alunos na experiência realizada.

Outro ponto a destacar é o empirismo que insiste em rondar a classificação de documentos nos arquivos. A pouca base teórica, que se reduz aos princípios de respeito aos fundos e ordem original, acaba por fazer da classificação uma função sem cientificidade, sem teoria suficiente para balizar a prática. Sabemos que os princípios de respeito aos fundos e ordem original são importantíssimos na teoria arquivística, mas em relação à classificação ainda são confusos para os alunos, uma vez que muitos não conseguem entender a proveniência dos documentos e suas relações, o que gera um impacto direto sobre o entendimento e o fazer da classificação arquivística, produzindo instrumentos de pesquisa (planos de classificação) com problemas conceituais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos Teóricos da Classificação. Enc. Bibli: **R. Eletr. Bibl. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 22, 2º sem. 2006.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

DAHLBERG, Ingetraut. **Teoria da classificação, ontem e hoje**. Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 1976. Anais.

DODEBEI, Vera. **Classificação: Princípios, Estrutura e Aplicações em Arquivologia**. Rio de Janeiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DUCROT, Ariane. A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n. 21, 1998.

DUCHEIN, Michel. **O Respeito de Fundos em Arquivo**: princípios teóricos e problemas práticos. Rio de Janeiro, 1992.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e porque ela é importante. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013. pp.15-27.

INDOLFO, A. C. **Gestão de documentos**: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. Rio de Janeiro, 2007.

RIOS, Elaine Rosa; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.2, pp.123-139, maio./ago. 2010.

SCHELLENBERG, Theodore. Avaliação de documentos públicos modernos. **Arquivos Modernos** – princípios e técnicas. Rio: FGV, 1973.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. **A função Classificação de documentos arquivísticos**. São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

\_\_\_\_\_. **Classificação de documentos arquivísticos**: Trajetória de um conceito. *Arquivística.net* ([www.arquivistica.net](http://www.arquivistica.net)), Rio de Janeiro, v.2, n. 2, pp.120-142, ago./dez. 2006.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jun. 2006. pp.5-16.